



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo nº 111.859/06

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº
2008/103.1

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FIRMADO ENTRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS E O DISTRITO FEDERAL, POR MEIO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, OBJETIVANDO A COLABORAÇÃO MÚTUA PARA SEGURANÇA PÚBLICA ESTRATÉGICA E ESPECIALIZADA NAS ÁREAS ADJACENTES AO COMPLEXO PREDIAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e nove, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada simplesmente CÂMARA e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o senhor SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília-DF, e o DISTRITO FEDERAL, por intermédio da POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, situada no SAIS – Área 4, Anexo do QCG, em Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.942.610/0001-16, doravante denominada simplesmente PMDF e neste ato representada pelo seu Comandante-Geral em Exercício, o senhor JOSÉ CARLOS PINA FIGUEIREDO, CORONEL QOPM, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília – DF, conforme delegação de competência que lhe confere o Decreto/DF nº 17.296, de 17/04/96, resolvem celebrar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, de conformidade com o processo em referência à epígrafe e com as disposições contidas no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa nº 80/01, de 07/06/01, publicado no D.O.U. de 05/07/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e na Lei nº 8.666/93, de 21/06/93, doravante denominada simplesmente LEI, em especial no artigo 116 da LEI c/c o artigo 156 do REGULAMENTO, de acordo com as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

O presente Aditivo decorre da prorrogação da vigência do Acordo pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 29/12/09, com amparo no artigo 116 da LEI, correspondente ao artigo 156 do REGULAMENTO.



O Acordo original, com sua numeração alterada para 2008/103.1, passa a vigorar com sua redação modificada nas seguintes cláusulas:

“

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA, DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Acordo terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de 29.12.2009, permitida a prorrogação por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses.

Parágrafo único – Este Acordo poderá ser rescindido por interesse comum dos partícipes, bem como ser denunciado por qualquer deles, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

”

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições que não tenham sido expressamente modificadas por este aditivo.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 05 (cinco) folhas cada uma, na presença das testemunhas abaixo indicadas, que também o subscrevem.

Brasília, 29 de dezembro de 2009.

Pela CÂMARA:

Pela PMDF:

Sérgio Sampaio C. de Almeida
Diretor-Geral
CPF nº 358.677.601-20

José Carlos Pina Figueiredo – Cel.QOPM
Comandante-Geral em Exercício
CPF nº 000.607.428-60

Testemunhas: 1) _____

2) _____



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLANO DE TRABALHO

1. IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPES

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CNPJ nº 00.530.352/0001-59

Endereço: Praça dos Três Poderes, Brasília – DF

Telefones: (61) 3214-6949 / (61) 3214-6445

Responsável: Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida – Diretor-Geral

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

CNPJ nº 08.942.610/0001-16

Endereço: Setor de Áreas Isoladas – Palácio Tiradentes – Quartel do Comando-Geral da PMDF – SAISO – Brasília-DF – CEP: 70.010-200

Telefones: (61) 3445-1094/3445-2377 / Fax: (61) 3445-1244

Responsável: José Carlos Pina Figueiredo – Coronel QOPM Comandante-Geral da PMDF, em exercício.

2. DO OBJETO

Desenvolvimento, implantação e aperfeiçoamento de Sistema Integrado de Policiamento Ostensivo Especializado e de Segurança Estratégica nas áreas públicas adjacentes ao complexo predial da Câmara dos Deputados.

3. DAS METAS

- Dispor de um Sistema Integrado de Policiamento Ostensivo Especializado;
- Dispor de um Sistema Integrado de Segurança Estratégica.

O alcance dessas metas pressupõe, ainda, o seguinte:

- a) participação conjunta entre a PMDF, por meio da 4ª CPMInd, e a polícia da CÂMARA na formulação de planejamento estratégico e ações gerais na área de segurança;
- b) o compartilhamento de conhecimentos e experiências entre os integrantes da PMDF e os agentes do Departamento de Polícia Legislativa da CÂMARA, a fim de que haja uma perfeita integração de ações;
- c) a participação de agentes de polícia da CÂMARA em cursos e estágios próprios da PMDF, bem como a participação de policiais militares em cursos oferecidos pela CÂMARA;



- d) promoção de campanhas educativas, com a finalidade de orientar servidores, parlamentares e visitantes da CÂMARA sobre os procedimentos a serem adotados em circunstâncias especiais, como o comportamento em caso de manifestações públicas e prevenção de delitos.

4. ETAPAS:

Do Sistema Integrado de Policiamento Ostensivo Especializado:

- a) criação de um Gabinete de Policiamento Integrado entre a PMDF e o DEPOL;
- b) operacionalização de Policiamento Integrado;
- c) implantação de policiamento de rotina (presença de policiais militares em postos específicos e rondas ostensivas motorizadas);
- d) policiamento estratégico seletivo com uso do CFTV;
- e) policiamento especial em dias de manifestações (aumento do contingente da PM e emprego de forças especiais em posições estratégicas);
- f) controle de trânsito (diário em pontos específicos nos horários de pico);
- g) integração da comunicação DEPOL / PMDF (4ª CPMInd).

Do Sistema Integrado de Segurança Estratégica:

- a) criação de um Gabinete Integrado de Planejamento e Segurança Estratégica;
- b) implantação de Gabinete Integrado de Gerenciamento de Crise;
- c) programa de orientação à população estática sobre aspectos de segurança e comportamento em situações de crise;
- d) integração de informações de inteligência;
- e) implantação de programa de profissionalização integrada aplicada.

5. DO PLANO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA

Os recursos financeiros relativos ao implemento das ações do plano estratégico e respectivos cronogramas de desembolso serão discriminados em termos aditivos específicos para cada linha de ação que exigir investimento, observando-se as normas pertinentes, em particular o art. 116, da Lei nº 8.666/93, e a IN nº 1/97 da STN.

6. DOAÇÃO DE BENS

Os bens cedidos pela CÂMARA, exceto as instalações utilizadas pela 4ª CPMInd, poderão ser transferidos em doação à PMDF.



7. PREVISÃO DE INÍCIO E TÉRMINO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

O presente Acordo terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de 29.12.2009, permitida a prorrogação por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses.

8. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO:

Em conformidade com o Art. 116, § 1º da Lei nº 8.666/93, aprovo o respectivo Plano de Trabalho de acordo com as suas metas e etapas programadas.